

INTRODUÇÃO À BIBLIOGRAFIA HISTÓRICA BRASILEIRA: DO DESCOBRIMENTO À REPÚBLICA

Leonardo Dantas Silva

Para Oliveira Lima “a humanidade é devedora à Península Ibérica, representante gloriosa do grande ciclo das navegações, de um dos mais altos serviços prestados à civilização – o duplo desencantamento da América e da Índia. No mesmo decênio em que a audácia de Colombo, cujo nome o mundo inteiro acaba de aclamar numa confraternização admirável, sacudia a Espanha para as regiões ignoradas do Ocidente, a intrepidez de Vasco da Gama arrastava Portugal para os países misteriosos do Oriente. Um e outro desvendaram perante a Europa continentes envoltos nas trevas da insciência, nas brumas do pressentimento ou nas miragens da fábula; um e outro abriram novo e picante campo ao espírito religioso e ao estímulo comercial da Meia Idade, e forneceram um quadro majestoso ao soberbo desabrochar da época inimitável da Renascença”.¹

SÉCULO XVI

Descoberto oficialmente no último ano do século XV, o Brasil tem a sua história inicialmente contada através de relatos de caráter puramente episódicos, escritos por viajantes e aventureiros que nele aportaram, entre 1500 e 1532, descrevendo a terra em suas relações de viagem.

¹ OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Pernambuco seu desenvolvimento histórico*. Recife: Governo do Estado, 1975. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 1). Fac-similar da ed. de Leipzig: F. A. Brockhaus, 1895.

O primeiro desses cronistas foi Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, que aportou na Bahia em abril de 1500, dando por descoberta a nova terra. Coube a Caminha enviar, através da nau de Gaspar de Lemos, as boas novas ao Rei de Portugal, D. Manuel I, transformando-se assim no primeiro cronista desta história. O documento só veio a ser divulgado em 1817, quando de sua publicação pelo padre Manuel Aires do Casal na *Corografia Brasilica*, merecendo uma edição crítica, com anotações de Carolina Michaëllis, a cargo de Carlos Malheiro Dias na obra *História da Colonização Portuguesa*.² Melhor sorte obteve Américo Vespucci que viu suas cartas publicadas na primeira metade do século XVI, quando da edição de *Mundus Novus*.

O relato de Caminha é em muito superior às comuns narrativas de viagens da época, dentre as quais a *Carta do Mestre João*, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Rio: 1843), e a *Relação do Piloto Anônimo*, divulgada pela primeira vez por Francanzano da Montalboddo, in *Cum privilegio Paesi novamente ritrovati. Et Novo Mondo da Alberico Vespucio Florentino intitulado* (Veneza: 1507).

Dentre essas relações de viagem destaca-se a de Pero Lopes de Souza, autor do *Diário de Navegação*,³ responsável pela narrativa dos fatos que se sucederam na expedição comandada por seu irmão, Martim Afonso de Souza, entre 1530-32, na qual apresenta preciosas informações sobre a “Terra de Santa Cruz vulgarmente chamada de Brasil”. O documento, divulgado inicialmente por Francisco Adolpho de Varnhagen (1839), recebeu uma segunda edição com base em apógrafo existente na Biblioteca da Ajuda (Lisboa), publicado em 1861 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 24. e, ainda em nossos dias, vem recebendo as maiores atenções por parte de estudiosos daquele período.

Também aventureiros escreveram sobre os primeiros anos do descobrimento desta terra, destacando-se dentre eles o depoimento de Hans Staden publicado na Alemanha em 1557.⁴ Esse singular aventureiro engajou-se como artilheiro de um navio português que comerciava pau-

2 DIAS, Carlos Malheiro. *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: 1921-23, v. 2. p. 86 e seg.

3 SOUZA, Pero Lopes de. *Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530 etc.* Publicada por Francisco Adolpho de Varnhagen. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1839.

4 STADEN, Hans. *Warhaftige Historia und beschereibung eyner Landtschaff der Wilden etc.* Marburg, 1557.

brasil, fazendo a sua primeira viagem ao Brasil em 1547. Ao chegar a Pernambuco, logo participa das lutas contra os índios que sitiavam a vila de Igarassu, transferindo-se depois para a Paraíba de onde só retornou a Lisboa no ano seguinte. Voltando ao Brasil em 1550, sob a bandeira de Espanha na expedição de D. Mencia Calderon de Sabnabria, que devia fundar duas povoações, uma na ilha de Santa Catarina e outra na foz do Rio da Prata. Depois de várias peripécias, vamos encontrá-lo na vila de São Vicente, onde exerce as funções de arcabuzeiro na ilha de Santo Amaro, em frente a Bertioga. Prisioneiro dos índios tupinambás, em janeiro de 1554, lá permanece durante nove meses, quando consegue fugir e, em 20 de fevereiro de 1555, chega à França iniciando sua viagem de retorno à pátria.

A narrativa de Hans Staden foi de um sucesso incomum. Da primeira impressão em 1557 até a edição londrina de 1874 foram registradas 17 edições, reproduzindo as excelentes xilogravuras da primeira, além das edições em língua portuguesa mais recentes. Segundo José Honório Rodrigues,⁵ a melhor edição brasileira é a da Sociedade Hans Staden, segundo a transcrição em alemão moderno de Karl Fouquet (São Paulo, 1941, nº 3 das Publicações da Sociedade Hans Staden), numa tradução de Guiomar de Carvalho Franco, com introdução e notas de Francisco de Assis Carvalho Franco (São Paulo, 1942).

Após a expedição de Martin Afonso de Souza (1530-32) resolveu D. João III, de Portugal, incrementar no Brasil em 1534 o sistema das capitanias hereditárias, estabelecendo faixas territoriais que iam do litoral até os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Foi a então colônia dividida em partes, distribuídas através de *cartas de doação* aos respectivos donatários, a quem cabia administrar com seus próprios recursos e poderes quase absolutos, conceder sesmarias e forais, aplicar a justiça, exercendo a administração civil e criminal, estabelecer direitos, foros e tributos no âmbito de sua jurisdição.

Por essa época as expedições e incursões vieram ceder lugar à colonização da terra recém-descoberta, iniciando-se o povoamento, estabelecendo-se colônias agrícolas e a fundação de vilas e povoações, dando início a uma nova fase da historiografia.

Neste sistema foram as capitanias de Pernambuco e São Vicente,

5 RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil: Historiografia colonial*. São Paulo: Editora Nacional, 1979. p. 15.

respectivamente doadas a Duarte Coelho Pereira e Martin Afonso de Souza, as que mais prosperaram. Em face do fracasso do sistema nas demais capitanias, estabeleceu D. João III em 1549 um Governo-Geral, iniciado por Tomé de Souza que fundou a Vila do Salvador, na Bahia, e lá estabeleceu a primeira capital (1549).

Com Tomé de Souza vieram os primeiros padres da Companhia de Jesus que no mesmo ano fundaram na Bahia o primeiro colégio e, em 1551, já estavam também estabelecidos em Olinda (Pernambuco), desenvolvendo um trabalho de catequese dos índios e educação dos jovens filhos dos colonizadores. Desde então a historiografia nacional recebe a colaboração dos jesuítas, que através das cartas de Manuel da Nóbrega, a partir de 1549, deixaram para as gerações que se sucederam depoimentos curiosos sobre a paisagem, os índios e seus costumes, bem como a vida dos primeiros habitantes do Brasil nos primeiros anos da colonização. Entre 1931 e 1933, a Academia Brasileira de Letras fez publicar, em três volumes, grande parte das cartas jesuíticas, escritas entre 1549 e 1594, sob o título *Cartas do Brasil, Cartas avulsas e Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Este último volume, com introdução de Afrânio Peixoto, artigo de Capistrano de Abreu e posfácio de Antônio de Alcântara Machado, é todo dedicado à obra do padre José de Anchieta, trazendo 28 cartas, cinco informações sobre fatos diversos, fragmentos históricos e sermões. Reúne assim um noticiário precioso sobre os indígenas, os trabalhos desenvolvidos pelos jesuítas, além de relatos e informações sobre a terra e a gente do Brasil (Rio: Civilização Brasileira, 1933. 568 p.).

Outro jesuíta importante para a historiografia brasileira é Fernão Cardim, que chega ao Brasil em 1583 e reúne os seus escritos em *Informação da Província do Brasil para o nosso padre* (1585) que, embora incluída entre as cartas de José de Anchieta, sabe-se hoje ser de sua autoria. Sua obra, *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica etc.*, impressa inicialmente em Lisboa (1847) sob a direção de F. A. de Varnhagen, segundo texto manuscrito da Biblioteca de Évora, vem reunida no *Tratado da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1939. 380 p. (Brasiliana, v. 168). Neste volume estão reunidas três obras do jesuíta, escritas entre 1583 e 1601: “Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica”, “Do clima e terra do Brasil” e “Do princípio e origens dos índios do Brasil”, estes últimos publicados inicialmente em

língua inglesa, no volume 4 da coleção *Purchas his Pilgrimes*, Londres: 1625, sob o título *A teatrie of Brazil written by a Portugall which had long lived there*. Trata-se de obra indispensável ao conhecimento da terra e vida social e econômica do Brasil, no primeiro século de sua colonização, escrita de forma agradável com elementos importantes sobre os engenhos de açúcar, produção e população de brancos, negros e índios, alimentação e vestuário, divertimentos, vida social, de modo a pintar com cores vivas o cenário daqueles anos.

Com o nome de *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*, surge em 1576 em Lisboa, impressa por Antonio Gonsalvez, a primeira tentativa de uma crônica histórica sistemática escrita por Pero de Magalhães de Gândavo. Trata-se de um natural de Braga, descendente de flamengos como o seu nome está a indicar, professor de escola pública entre o Douro e o Minho, onde ensinava latim, copista da Torre do Tombo, moço de câmara do Rei D. Sebastião, amigo do poeta Luís Vaz de Camões (1524-8), com atividades no Brasil como Provedor da Fazenda em Salvador.⁶ No que diz respeito ao seu conteúdo, a *História do Brasil* de Gândavo, hoje em 12ª edição, é hoje citada por todos os historiadores modernos, como um verdadeiro documentário sobre a economia e vida social dos primeiros anos da colonização. José Honório Rodrigues (op. cit.) diz que “conta Gândavo rapidamente o descobrimento, dá nome dos primeiros donatários, fala das plantas, dos produtos, frutas, animais e bichos venenosos, das aves e dos peixes, dos naturais, isto é, dos índios, e termina apregoando os louvores e grandezas da terra. Com ele temos a primeira revelação histórica do Brasil nos seus setenta primeiros anos, quando estávamos no quarto governo-geral e já possuíamos um bispado. A *História* é um livro de circunstância, embora o primeiro a assumir o caráter de composição histórica, superior em sua elaboração às cartas e relatórios dos Jesuítas. Ele mesmo se apercebeu que a história de Santa Cruz estava sepultada em tanto silêncio ‘pelo pouco caso que os portugueses fizeram da mesma Província, que por faltarem na terra pessoas de engenho, e curiosas que por melhor estilo, e mais copiosamente que eu a escrevesse’ ”⁷.

6 SILVA, Leonardo Dantas. Gândavo e a sua História. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da terra do Brasil & história da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil 1576*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1995. Edição conjunta, organização e apresentação de Leonardo Dantas Silva. (Série Descobrimentos, 3) p. X.

7 RODRIGUES, José Honório. op. cit., p. 431.

Um dos mais importantes estudos sobre a América Portuguesa no primeiro século do seu descobrimento vem da pena de Gabriel Soares de Souza (c 1540-91) que, no dizer de Capistrano de Abreu, “foi a enciclopédia viva do século XVI”. Para F. A. de Varnhagen, o seu *Tratado descritivo do Brasil em 1587* é a “obra mais admirável de quantas em português produziu o século quinhentista”. Chegando à Bahia em 1569, interrompendo uma viagem que fazia em busca da Índia, veio estabelecer-se definitivamente, casando-se e tornando-se senhor de engenho no Recôncavo até 1586, a ponto de transformar-se em um homem rico e poderoso como bem demonstra o seu testamento datado de 10 de agosto de 1584. Instado por seu irmão, João Coelho de Souza, a empreender uma grande expedição aos Sertões do Rio São Francisco, em busca de prata, ouro e pedras preciosas, resolve, em 1586, ir a Madrid onde junto à corte tenta conseguir alguns privilégios para tal empreitada. Nesta ocasião, ainda em Madrid, escreveu a sua obra considerada por muitos como a mais informativa sobre os primeiros anos da colonização.

A exemplo de outros de sua época, Gabriel Soares de Souza só vem alcançar o prelo quando da publicação do seu *Tratado* na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* v. 14, Rio: 1851. Uma segunda edição, com correção e comentários a cargo de F. A. de Varnhagen, vem a ser impressa no Rio de Janeiro, Typographia de João Inácio da Silva, em 1879; uma terceira edição vem a surgir em São Paulo: Editora Nacional, 1938 (Brasiliana, v. 117) 494 p., seguindo-se de uma quarta, pela mesma editora, em 1971.

Segundo Rubens Borba de Moraes, in *Manual bibliográfico de Estudos Brasileiros*,⁸ “a obra de Gabriel Soares de Souza é um dos documentos mais preciosos e completos da vida brasileira no século XVI”. Divide-se em duas partes, “Roteiro geral da costa brasileira” e “Memorial e declaração das grandezas da Bahia”. Na primeira descreve a costa brasileira, da foz do Rio Amazonas até o Rio da Prata, com seus acidentes, povoações, vida e costumes de sua população, de índios e brancos. Na segunda parte, trata da história da colonização da Bahia, da descrição do seu relevo, dos acidentes de sua costa, com seus engenhos, igrejas e povoações.

8 MORAES, Rubens Borba de; BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949.

SÉCULO XVII

Dentre os que escreveram sobre os primeiros anos da colonização do Brasil, destaca-se também Ambrósio Fernandes Brandão, autor de *Diálogos das grandezas do Brasil*, texto [datado] de 1618, que faz um estudo apurado sobre o ecossistema das capitanias ao norte do Rio São Francisco, notadamente as de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Para José Honório Rodrigues, “os *Diálogos* são documentos capitais do século XVII e constituem a crônica mais positiva, a descrição mais viva, o flagrante mais exato da vida, da sociedade, da economia dos moradores do Brasil, gentios, reinóis e negros. O livro compõe-se de seis diálogos entre Brandônio, pregoeiro das virtudes da terra, e Alviano, que a tem ‘pela mais ruim do mundo’. Brandônio, para convertê-lo à seita dos primeiros ufanistas, mantém sete dias de conversação, descrevendo em cada diálogo os benefícios do Brasil e debatendo ou corrigindo os erros, enganos e malquerenças de Alviano”.⁹ A obra foi inicialmente editada pela Academia Brasileira de Letras, com introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia (Rio: Oficina Industrial, 1930. 316 p.).

Ambrósio Fernandes Brandão, proprietário de terras em São Lourenço da Mata (Pernambuco), cristão-novo morador na Vila de Olinda, tinha 63 anos quando escreveu os *Diálogos*, vinte e cinco dos quais vividos no Brasil. A autoria dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, porém, só veio a ser estabelecida de forma definitiva por José Antônio Gonsalves de Mello, quando da edição definitiva, com base no apógrafo de Leiden, publicada pela Universidade do Recife – Imprensa Universitária, em 1962. Uma terceira edição, também organizada por José Antônio Gonsalves de Mello, vem a surgir neste ano de 1997, publicada pela Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, dentro da *Série Descobrimentos* v. 8.¹⁰

Um documentário da maior importância para o conhecimento da gente do Brasil no século XVI, particularmente no que diz respeito à presença de cristãos-novos na economia e na história da vida privada de sua sociedade, em suas mais diferentes classes, é reunido quando da primeira Visitação do Santo Ofício às capitanias da Bahia, Pernambuco,

9 RODRIGUES, José Honório. op. cit., p. 371.

10 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1997. Edição integral, segundo apógrafo de Leiden, organizada por José Antônio Gonsalves de Mello (*Série Descobrimentos*, v. 8).

Itamaracá e Paraíba. São denúncias e confissões tomadas pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, entre 1591 e 1595, depois reunidas em publicações feitas em São Paulo, Série Eduardo Prado, e no Recife, Coleção Pernambucana – 2ª fase v. 14,¹¹ hoje ao alcance dos estudiosos do período.

A historiografia do Brasil assume características próprias, com a consulta das fontes e da bibliografia existente na época, proporcionando maior segurança na cronologia e na narrativa dos acontecimentos, a partir de Frei Vicente do Salvador. Nascido na Bahia, em torno de 1564, Vicente Rodrigues Palha seguiu a carreira eclesiástica fazendo votos na Ordem Franciscana (1597), onde recebeu o nome de Frei Vicente do Salvador. É de sua autoria a primeira *História do Brasil 1500-1627* escrita por um brasileiro, somente publicada na íntegra em 1888, nos *Anais da Biblioteca Nacional* v. 13, quando do transcurso dos 250 anos de sua morte, ocorrida entre 1636 e 1639. A sua edição definitiva, porém, só veio a acontecer em 1965, quando, além das notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, foi o seu texto confrontado por Frei Venâncio Willeke OFM (1906-1978) com o manuscrito do acervo da Biblioteca das Necessidades, hoje conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Secção “Livros do Brasil”.¹² O ineditismo da *História do Brasil*, porém, não impediu que fossem consultadas várias cópias manuscritas, existentes no Brasil e em Portugal, como se depreende dos textos históricos escritos pelo também franciscano Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779) e pelo beneditino D. Domingos do Loreto Couto (c 1696- c 1762).

Muito embora tenha escrito sua *História* no século XVII, ao que parece vinha recolhendo anotações desde 1587, quando do seu retorno

11 *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: Confissões da Bahia 1591-92*. Prefácio Capistrano de Abreu. São Paulo: 1922; *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: denúncias da Bahia 1591-93*. Introdução de Capistrano de Abreu. São Paulo: 1925; *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: denúncias de Pernambuco 1593-95*. Introdução de Rodolfo Garcia. São Paulo: 1929; *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: denúncias e confissões de Pernambuco 1593-95*. Prefácio de Leonardo Dantas Silva. Introdução de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1984 (Coleção Pernambucana, 2ª fase, v. 14). Inclui índice onomástico.

12 SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. Revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia; confrontada com cópia manuscrita oriunda do acervo da Biblioteca das Necessidades, hoje conservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Secção “Livros do Brasil”, por Frei Venâncio Willeke. 5. ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos, 1965. 528 p.

da Universidade de Coimbra, como denota a descrição que faz, com a atualidade de um contemporâneo, da Vila de Olinda e do porto da capitania de Pernambuco, do qual originou-se a cidade do Recife, naquele final de século. Não somente recolheu fatos, através de depoimentos dos primeiros povoadores, mas também foi testemunha de alguns outros, como quando da invasão holandesa da Bahia, em 1624, em que ficou prisioneiro dos invasores e depois serviu aos portugueses até a libertação de Salvador em 30 de abril de 1625.

Para José Honório Rodrigues “a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador é um dos livros mais saborosos do Brasil seiscentista, pela simplicidade do estilo, natural, sem artificios, pela ingenuidade da narrativa, entremeada de estórias populares e ditos pitorescos. Lê-se como um romance, ou melhor, como uma coleção de contos históricos. [...] A *História* consta de cinco livros e nenhum parece intacto: o primeiro descreve o descobrimento e a terra; o segundo trata do regime das donatárias, segundo não ‘a ordem de tempo e antiguidade das capitanias e povoações, senão a do sítio, contiguação de uma com outras, começando do Sul para o Norte, o que não farei nos seguintes livros, em que seguirei a ordem dos tempos e sucesso das cousas’. O terceiro se inicia com o primeiro Governo-Geral (1549) e termina com a perda de Independência de Portugal (1580). O quarto começa com o governo de Manuel Teles Barreto (1582) e os socorros espanhóis da armada de Diogo Flores Valdez contra os corsários ingleses e franceses e termina com o governo de D. Diogo de Menezes (1606) no Norte, e Francisco de Souza no Sul (1609). O quinto abre com o governo de Gaspar de Souza (1612) e trata especialmente da jornada da conquista do Maranhão e da guerra holandesa na Bahia”¹³.

O BRASIL HOLANDÊS

Expulsos da Bahia, os holandeses voltaram ao Brasil em fevereiro de 1630, desta vez invadindo Pernambuco, o mais importante centro de produção de açúcar e o mais movimentado porto da América Portuguesa. Contaram para isso com o valioso apoio de Isabel da Inglaterra e Henrique IV de França, em guerra com a Espanha, e o suporte econômico da Companhia das Índias Ocidentais, empresa formada em 1621, que assim

13 RODRIGUES, José Honório. op. cit., p. 490.

se lançava na empreitada de estabelecer uma colônia holandesa em terras do Brasil. Com uma esquadra de 65 embarcações e 7.280 homens, sob o comando do almirante Hendrick Corneliszoon Lonck, os holandeses apresentaram-se diante da costa de Pernambuco em 14 de fevereiro de 1630, tomando com sucesso a vila de Olinda e o seu porto e lá permaneceram por 24 anos, quando vieram capitular diante das forças luso-brasileiras. A historiografia deste período é uma das mais vastas dos cinco séculos da História do Brasil, como bem demonstrou José Honório Rodrigues ao escrever *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949.

No âmbito dos cronistas, que viveram o dia-a-dia da guerra, destacam-se, do lado luso-brasileiro, as obras do donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias da guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de MDCXXX*. Madrid: Diego Diaz de Carrera, 1654;¹⁴ Diogo Lopes Santiago, *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória*, publicada inicialmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 38-43. Rio: 1875;¹⁵ Frei Manuel Calado do Salvador, *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1648;¹⁶ Francisco de Brito Freyre, *Nova Lusitania, historia da guerra Brasilica*. Lisboa: Off. Joam Galram, 1675; ainda do mesmo autor, *Viagem da Armada da Companhia do Commercio e frotas do Estado do Brasil. Impressa por mandado de El Rey nosso Senhor, Anno 1655*,¹⁷ que juntos bem descreveram as lutas e outros importantes fatos da dominação holandesa, não esquecendo de ocorrências menores,

14 COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil 1630-1638*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. 398 p. il. (Coleção Recife, v. 12). Inclui índice onomástico.

15 SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra: 1ª edição integral segundo apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto (Portugal)*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1984. 612 p. il. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, v. 1). Inclui índice onomástico.

16 CALADO, Frei Manuel. *O valeroso lucideno e triunfo da liberdade*. 4. ed. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1985. 2 v. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, v. 14). Inclui índice onomástico.

17 FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasilica*. Posfácio de José Antônio Gonsalves de Mello. 2. ed. Recife: SEC - Departamento de Cultura, 1977. 588 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 5). Fac-simile da ed. de: Lisboa: Joan Galram, 1675. Inclui fac-simile da ed. da *Viagem da Armada etc*. Lisboa: Joan Galram, 1655.

usos e costumes da sociedade de então, bem como do comportamento de reinóis, mazombos (como eram chamados os filhos de portugueses nascidos no Brasil), holandeses, judeus (que durante este período estabeleceram no Recife a primeira comunidade organizada das três Américas), índios, negros e demais habitantes do Brasil Holandês, cujas fronteiras se estendiam do Rio São Francisco ao Maranhão.

De todos, o mais importante é o Frei Manuel Calado do Salvador (1584-1654), não só porque participou da guerra da resistência contra o invasor, mas também, e principalmente, por ter privado da amizade do Conde João Maurício de Nassau, que entre 1637 e 1641 foi o Governador do Brasil Holandês. Misto de guerrilheiro, pregador, poeta e cronista, esse religioso natural de Vila Viçosa (Portugal) consegue escrever a mais palpitante obra sobre o dia-a-dia da dominação holandesa, dando-lhes vida e movimento. A importância de seu *O Valeroso Lucideno* já fora ressaltada por Robert Southey, in *History of Brazil*. Londres, 1810. 3 v., e por Capistrano de Abreu, in *Memórias de um frade*. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 1905-06, v. 65, p. 18. Para José Antônio Gonsalves de Mello, “o seu livro é admirável, pois, além de ser o único que nos apresenta flagrantes reveladores da vida de portugueses e holandeses, da cidade e do campo, da guerra e dos salões dos palácios nassovianos, no período de 1630 a 1646, é escrito com uma vivacidade encantadora. Da fase anterior ao movimento restaurador, iniciado em 13 de junho de 1645, o frade em vez de escrever a crônica miúda, do dia-a-dia dos acontecimentos, apresenta-se em painéis, salientando episódios marcantes a que a sua pena – quase um pincel de mestre pintor – dá vida e movimento”.¹⁸

Do lado dos holandeses a história teve também os seus cronistas, com especial destaque para as obras de Johannes de Laet, Johan Nieuhof, Pierre Moreau e Gaspar Barlaeus.

Ao primeiro se deve a *Nieuwe Wereldt ofte Baschrijvinghe van West-Indien etc.*, cuja primeira edição foi impressa em Leiden em 1625, tratando do Brasil nos livros 14 e 15 quando descreve a tomada da Bahia (1624). A quarta edição desta obra, publicada em francês em 1640, *L' Histoire du Nouveau Monde ou, Description des Indes Occidentales*,

18 MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por Sua Santidade, cronista da restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954. p. 11-12.

com 14 mapas desdobráveis, ilustrações ao texto, 632 p., é da maior importância pois seu autor, além da conquista da Bahia, trata da tomada de Olinda e Itamaracá (1630), do Rio Grande do Norte (1634), da Paraíba (1635), sendo suas informações repetidas por outros cronistas e suas ilustrações reproduzidas em outras publicações da época. A primeira edição da obra foi traduzida para o português por José Hygino Duarte Pereira, *História ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes, desde o seu começo até ao fim do anno de 1623, por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1874. 84 p.

A obra de Johan Nieuhof, *Gedenkweerdige Brasiliaense Zee- en Lant-Reize, Behelzende Al het geen op dezelve is voorgevallen. etc.* Amsterdam, 1682, é indispensável para o conhecimento do período entre 1640 e 1649, quando ocorre a grande reação dos luso-brasileiros contra a invasão flamenga, movimento deflagrado em 13 de junho de 1645 e que ficou conhecido como a *Insurreição Pernambucana*. Publica ele inúmeros documentos apreendidos das forças locais de grande importância para o entendimento das causas da rebelião. Dele existe uma edição brasileira, *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, numa tradução de Moacir N. Vasconcelos, confrontada com a edição holandesa por José Honório Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins, 1942. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 9).

Coube a Pierre Moreau escrever sobre os últimos dias do Brasil Holandês, quando da publicação do seu *Histoire des derniers troubles du Brésil. Entre les hollandais et les portugais*. Paris: Chez Augustin Coubre, 1651. 212 p. Chegado a Pernambuco em 1646, Moreau vem a presenciar os acontecimentos que precederam a rendição dos holandeses, escrevendo suas impressões com base nas observações pessoais, desprezando a documentação oficial que tinha ao seu dispor. Seu livro, juntamente com o de Nieuhof, é, no dizer de José Honório Rodrigues, repleto de informações preciosas para a história social do período, sendo uma das fontes principais do ponto de vista holandês. Em 1979, numa edição conjunta da Universidade de São Paulo e Livraria Itatiaia Editora, foi publicado o livro de Pierre Moreau juntamente com o relatório de Roulox Baro, sob o título conjunto *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos tapuias*, numa tradução de Leda Boechat Rodrigues, com nota introdutória de José Honório Rodrigues. 128 p.

Embora nunca tenha estado no Brasil, Gaspar Barlaeus (1584-1648) consegue produzir o mais belo e interessante livro do período holandês no Brasil, por encomenda do Conde João Maurício de Nassau (Dilenburg, 1604 – Cleve, 1679) que lhe franqueou os seus arquivos e pagou pelas ilustrações que acompanham o texto. Escrito em latim, *Casparis Barlaei. Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum, sub praefectura Illustrissimi Comitissimae IMavritti, Nassoviae etc.*, o livro impresso em Amsterdam aparece em 1647 numa edição de luxo (49 x 29 cm), 340 páginas, trazendo a alegoria da folha de rosto e o retrato do Conde de Nassau assinados por Theodoro Matham (1605-60), 56 gravuras desdobráveis, impressas em papel especial, 27 delas assinadas pelo famoso pintor Frans Post (1612-80) e 15 destas datadas de 1645, que veio ao Brasil juntamente com outros artistas integrantes da comitiva do conde, além de mapas de autoria de George Marcgrave e o de nº 40, no qual aparece o Recife e seus arredores em 1644, possivelmente do traço do conhecido cartógrafo Cornelis Sebastianszoon Golijath. O livro encadernado em pergaminho, com ilustrações feitas por gravura em cobre, algumas delas impressas em ouro, foi distribuído pelo seu patrono entre as cortes e dignitários da nobreza de sua época, servindo como primeiro conjunto paisagístico de divulgação do Norte do Brasil, juntamente com algumas possessões da África e um mapa do Chile, junto ao mundo erudito de então. Apesar de se tratar de um relatório oficial, encomendado que foi pelo Conde João Maurício de Nassau, a documentação apresentada é da maior importância para o estudo dos oito anos de esplendor nassoviano em terras brasileiras.

Em 1659, parte do texto da edição latina veio a ser traduzido para uma segunda edição em alemão, mas sua publicação em língua holandesa teve de esperar pela tradução de Samuel Pierre L' Honoré Naber, que a publicou em 1923, numa tiragem de 160 exemplares, com as estampas da edição de 1647 acrescidas de outros mapas produzidos na época. Em 1940 coube ao Prof. Cláudio Brandão a tradução da obra para o português, sob o título *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc.* Rio: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940. 45 x 31 cm. , 424 p. , 56 gravuras desdobráveis, retrato do Conde de Nassau, reprodução do frontispício da edição latina de 1647. Da edição em grande formato foram

impressos 500 exemplares, havendo ainda uma edição em formato menor sem ilustrações. Neste último formato, em 1980, dentro do transcurso do tricentenário da morte do Conde João Maurício de Nassau, a Fundação de Cultura Cidade do Recife fez publicar uma nova edição da obra de Gaspar Barlaeus, numa tiragem de 2.000 exemplares, mantendo a tradução e notas de Cláudio Brandão, acrescida de prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello, trazendo dois retratos do conde, um deles desenhado por Miguel Miereveld (1567-1641) e gravado por Guilherme Delff (1580-1638), o frontispício assinado por Theodoro Matham e 56 ilustrações da edição latina de 1647.¹⁹

O período da dominação holandesa no Brasil veio a fascinar os mais diversos autores que, a partir do século XIX, vieram centralizar nele os seus estudos e pesquisas. Assim surgiram os trabalhos de Pieter Marinus Netscher (1824 -1903), onde pela primeira vez são utilizados parte dos documentos brasileiros conservados nos Arquivos dos Estados Gerais, o que gerou a publicação em francês sob o título: *Les hollandais au Brésil: notice historique sur les Pays-Bas et le Brésil au XVII siècle*. Haia: Belifante Frères, 1853. 210 p. Anos mais tarde coube a um brasileiro, Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878), escrever sobre o mesmo assunto quando da publicação de *História das lutas com os Holandezes no Brasil, desde 1624 a 1654*. Vienna d' Áustria, 1871. 365 p., que teve no ano seguinte uma “nova edição melhorada e acrescentada”, com 401 p., acrescida de índices. Estas edições de Varnhagen, no entanto, são superadas pelo seu próprio autor, quando da publicação da segunda edição de sua *História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal. Muito aumentada e melhorada pelo autor*. 2. v. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, s.d. [1877]. A obra recebeu uma edição mais apurada, com notas de Capistrano de Abreu, quando de sua terceira edição, Rio de Janeiro e São Paulo: Laemmert & C., 1907. 522 p.

Por iniciativa do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, instituição fundada no Recife em 1862 ainda em

19 BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello; tradução e notas de Cláudio Brandão. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980. 27 x 18,5 cm. 409 p. O frontispício original, dois retratos do Conde João Maurício de Nassau e 56 ilustrações desdobráveis reproduzidas diretamente da edição de Amsterdam de 1647. (Coleção Recife, v. 3).

funcionamento, os estudos sobre o domínio holandês no Brasil passaram a ter grande interesse a partir da missão do pesquisador José Hygino Duarte Pereira (1846-1901) em arquivos dos Países Baixos, efetuada entre os anos de 1885 e 1886, cujo relatório é publicado na edição do *Diário de Pernambuco* de 2 de setembro de 1886. Trabalhou ele particularmente nos Arquivos dos Estados Gerais e no Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, acervos incorporados ao Arquivo Geral do Reino dos Países Baixos de Haia em 1856, resgatando documentação das mais preciosas para o entendimento de tão importante período. No dizer de José Honório Rodrigues (op. cit.) a *Coleção José Hygino* “se constitui no maior acervo de documentos [sobre o Brasil Holandês] fora da Holanda”, em sua grande parte desconhecida das pesquisas desenvolvidas por Netscher e por Varnhagen que ali trabalharam antes de 1856. No seu acervo encontra-se a documentação da Câmara da Zelândia, *Brieven en Papieren uit Brazilie* (13 v.) e as *Dagelijke Notulen* (12 v.), afora quatro outros volumes encadernados e quatro maços manuscritos, perfazendo o total de cerca de 13.200 páginas.

Graças a tão importante acervo documental, pôde Alfredo de Carvalho (1870-1916) e Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) publicar, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, algumas traduções de documentos preciosos bem como vários ensaios sobre o Brasil Holandês sem a necessidade de sair do Brasil; o mesmo acontecendo nos anos quarenta deste século com José Antônio Gonsalves de Mello, o que veremos mais adiante.

Em sua colaboração ao *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, organizado por Rubens Borba de Moraes e William Berrien (Rio de Janeiro, 1949. p. 554), José Honório Rodrigues, comentando a obra de Hermann Wätjen sobre o período, *Das Holländische Kolonialreich in Brasilien: ein kapitel aus der kolonialgeschichte des 17.* Gotha, 1921. 352 p., diz ser este “o melhor estudo até hoje realizado sobre o domínio holandês no Brasil. Bem planejado, bem pensado, este livro impõe-se como o mais completo sobre o assunto. Isso não importa em lhe reconhecer caráter decisivo ou indiscutível, como acreditam alguns. Muitas questões precisam ser reexaminadas, muitas pesquisas novas esclareceram dúvidas do autor e, principalmente, deve ser indicada a sua parcialidade na utilização das fontes. A irrestrita irritação pelos documentos e livros luso-brasileiros é fato indiscutível, que muito prejudica e invalida

algumas conclusões”. Existe desta obra uma tradução brasileira de Pedro Uchoa Cavalcanti, sob o título: *O domínio colonial holandês no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. 560 p.

Dois anos antes da publicação do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, porém, José Antônio Gonsalves de Mello revelava ao público interessado no tema o mais completo estudo sobre o período, quando do lançamento do seu livro *Tempo dos Flamengos – Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947. Prefácio de Gilberto Freyre. 328 p. il. com índices. (Coleção Documentos Brasileiros; 54). Como se respondesse aos anseios dos críticos da bibliografia publicada até então, o autor, apoiado em extensa bibliografia e na documentação reunida por José Hygino Duarte Pereira, aborda com maestria a influência dos holandeses na vida urbana e na vida rural, bem como sua atitude para com os negros e a escravidão, para com os índios e a catequese, para com os judeus e as religiões católica e israelita. A obra teve uma segunda edição, 5.000 volumes, em 1978 e uma terceira, 3.000 volumes, em 1987.²⁰

Sobre o período holandês o mesmo autor desenvolveu estudos vários,²¹ utilizando-se para isso dos conhecimentos obtidos quando de suas pesquisas em arquivos dos Países Baixos (1957-1958) e de suas constantes investigações em arquivos portugueses, ingleses e espanhóis (Simancas, Sevilha e Canárias). Durante cerca de 40 anos José Antônio Gonsalves de Mello reuniu invejável documentação sobre a presença de cristãos-novos e judeus na capitania de Pernambuco, durante a primeira fase da colonização e quando da dominação holandesa. Estudos neste sentido lhe valeram a publicação do livro *Gente da Nação – Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife: FUNDAJ – Editora Massangana, 1989. 552 p. il. (Estudos e Pesquisas; 65), a mais importante obra sobre a presença de cristãos-novos e judeus no Brasil colonial, a

20 MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos – Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Prefácio de Gilberto Freyre. 2. ed. Recife: SEC. Departamento de Cultura, 1978. 294 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 15). Inclui bibliografia e índices onomástico e de assuntos; 3. ed. aum. Recife: FUNDAJ - Editora Massangana, 1987. 306 p. il. Bibliografia, índices onomástico e de assuntos.

21 Ver: GASPARD, Lúcia. *José Antônio Gonsalves de Mello: cronologia e bibliografia*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. Associação Nacional de Professores Universitários de História, 1995. 57 p.

partir de 1542, com destaque para o funcionamento da primeira comunidade judaica organizada em terras da América, a *Zur Israel* do Recife, formada por judeus sefardins portugueses e alguns poucos ashkenazins vindos dos Países Baixos para o Brasil Holandês. Com a expulsão dos holandeses, em 1654, cerca de 150 famílias da comunidade retornaram a Amsterdam, migrando algumas delas para ilhas do Caribe e 23 de seus membros, entre adultos e crianças, chegaram por conta do destino à América Inglesa onde, na Nova Amsterdam, fundaram em setembro de 1654 a primeira comunidade judaica daquela que veio a ser a cidade de Nova York. A obra inclui, além de índice onomástico, um dicionário biográfico dos judeus residentes no Nordeste do Brasil, no período compreendido entre 1630 e 1654. *Gente da Nação* logo esgotou-se fazendo-se necessária uma segunda edição, em 1996, com sua tiragem estabelecida em 3.000 volumes.²²

O SÉCULO XVIII

Expulsos de Pernambuco, holandeses e alguns judeus vieram fixar-se nas Antilhas, utilizando em seus engenhos de açúcar as mesmas técnicas aprendidas no Brasil. A partir de 1660, o açúcar mais barato produzido naquelas colônias, graças à presença maciça da mão-de-obra escrava, veio fazer concorrência ao produzido pelos engenhos do Brasil. Em 1670, os produtores brasileiros venderam apenas a metade de sua produção de 65.000 toneladas; em 1700, as exportações já haviam caído para 26.000 toneladas, devido à entrada de franceses e ingleses no mercado.

A descoberta das minas de ouro na região do centro-sul do Brasil, em 1693, veio provocar uma verdadeira revolução na vida econômica e social brasileira. Com os senhores de engenho arruinados pelos baixos preços do produto, a mão-de-obra escrava supervalorizada por sua importância na exploração das minas de ouro e diamantes, a economia açucareira entrou em declínio. É desta época a presença na Bahia e em Sergipe do jesuíta João Antônio Andreoni (1649-1716), um italiano de Luca (Toscana) que, sob o pseudônimo de Antonil, veio a ser autor do

22 MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Apresentação de José E. Mindlin. 2. ed. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1996. 552 p. (Série Descobrimentos, v. 6). Inclui índice onomástico e dicionário biográfico dos judeus residentes no Nordeste do Brasil (1630-1654).

mais importante clássico da história econômica do início do século XVIII: *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas etc.* Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711. 205 p. O livro foi dedicado pelo seu autor “aos senhores de engenho e lavradores do açúcar e do tabaco, e aos que se preocupam em tirar ouro das minas do Estado do Brasil”. Após a sua publicação, viu-se a importância da obra de Antonil para o conhecimento das riquezas do Brasil de então, o que motivou a determinação do Rei Dom João V mandar apreender toda a edição “por lhe dizerem que por dito livro estava publicado todo o segredo do Brasil aos estrangeiros”.

Para Rubens Borba de Moraes, “trata-se do mais completo depoimento sobre o Brasil no tempo colonial e, por isso, indispensável aos historiadores. Divide-se em quatro partes que tratam respectivamente da lavoura e preparo do açúcar, da lavoura e preparo do tabaco, minas de ouro e criação do gado. Conquanto escrito já no século XVIII, as condições que descreve aplicam-se quase geralmente à era seiscentista, sobretudo onde se refere à lavoura de açúcar e tabaco e à criação”.²³ Não somente aos historiadores é o livro indispensável, mas também, e principalmente, aos economistas, sociólogos e antropólogos, pois contém importantes informações sobre a economia brasileira do final do século XVII, sobre a população das Minas Gerais, relações de raça, de classe e de família, funcionamento da instituição escravocrata, características sociais e de *status* do mestiço, regras da hospitalidade, meios de comunicação, dentre outras.

A primeira edição da obra, em face da decisão real, é hoje de extrema raridade, não atingindo a sua publicação os objetivos propostos pelo seu autor. Uma segunda edição vem aparecer já no século XIX, impressa em 1837, no Rio de Janeiro, por Souza e Comp. 214 p.; a terceira edição teve a sua impressão em Macau: Typ. Noronha & Co., 1898. 117 p.; a quarta edição, com estudo de Afonso E. Taunay, vem a ser impressa em São Paulo: Melhoramentos, 1923. 280 p. Uma edição de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, fac-similar da primeira (1711), 216 p., foi impressa no Recife em 1969, sob os auspícios do então Museu do Açúcar, trazendo um estudo de José Antônio Gonsalves de Mello no seu posfácio.

No século XVIII surge a historiografia oficial com o aparecimento

23 MORAES, Rubens Borba de. BERRIEN, William. op. cit. p. 401.

da obra de Sebastião da Rocha Pitta (1660-1739), *História da América portuguesa, desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento, até mil setecentos e vinte e quatro etc.*, impressa em Lisboa, sob o patrocínio da Academia Real da História Portuguesa, “na Oficina de José Antônio da Silva, Impressor da Academia Real”, 1730. 716 p. Trata-se do primeiro compêndio impresso de história escrito por um brasileiro, natural da Bahia e conceituado por seus contemporâneos como um erudito e escritor de mérito, autor de outros conhecidos trabalhos. A sua obra, no entanto, não resiste ao julgamento de José Honório Rodrigues que o acusa de “antiíndio, antinegro, pró-escravidão, antijudeu, antipaulista, antiBrasil, pró-Portugal”, não sendo seu livro para os brasileiros, “mas para Portugal, e por isso mesmo a Academia Real Portuguesa o encampou”.²⁴

A segunda edição da *História da América portuguesa* aparece na Bahia, em 1878, patrocinada pelo Barão Homem de Mello, 513 p.; seguindo-se da terceira, publicada em Lisboa, em 1880, por Francisco Arthur da Silva, 432 p., “ornada com seis belas gravuras e um mapa”, com anotações de J.G. Goes, “oficial da Biblioteca Nacional de Lisboa”.

No século XVIII surge, na opinião de José Antônio Gonsalves de Mello, “o empenho de buscar a verdade histórica e os primeiros historiadores dedicam-se à pesquisa como fase preliminar de seus estudos; uns mais outros menos, sente-se neles o propósito deliberado de ir às fontes manuscritas, de utilizar a bibliografia disponível sobre o passado brasileiro e de avaliar as informações recolhidas”.²⁵

É deste século o surgimento da obra de três grandes pioneiros da pesquisa histórica: frei Antônio de Santa Maria Jaboaão (1695-1779), D. Domingos do Loreto Couto (c. 1696 - c. 1762) e Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1718-1786). O primeiro, na opinião da mesma fonte, quando da elaboração do seu *Orbe Novo Seráfico Brasilico*, editado parcialmente em 1761, utiliza-se dos arquivos da Província Franciscana a que pertencia, bem como da Província de São Bento, além de ampla bibliografia, revelando-se dos três o mais erudito. O segundo, menos indagador, é autor de *Desagravos do Brasil Glórias de Pernambuco*, onde se revela informes da história oral, obtidos de pessoas mais idosas, e manuscritos diversos; parece ter consultado os originais da *História do*

24 RODRIGUES, José Honório. op. cit. p. 498.

25 MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Pesquisa histórica em Pernambuco”, *Arrecifes*. Recife: Conselho Municipal de Cultura, n. 5 p. 15, 1992.

Brasil, de frei Vicente do Salvador OFM, ainda inédita, e livros portugueses dos séculos XVII e XVIII. O terceiro, autor de *Nobiliarquia Pernambucana*, revela-se genealogista e não historiador, por mais de trinta anos foi um cuidadoso pesquisador de informações sobre o nosso passado. Segundo a mesma fonte, “é dos primeiros genealogistas a desprezar notícias fornecidas por ‘tias velhas’ e ir diretamente às fontes seguras de documentação cartorial e paroquial, tendo conseguido reunir os primeiros textos genealógicos redigidos após a Restauração Pernambucana de 1654”.

Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, nascido em dia e mês não precisos de 1695, era natural da freguesia de Santo Amaro do Jaboatão em Pernambuco. Ingressou para a Ordem Franciscana em 1716 e, no ano seguinte recebia ordens no Convento de Santo Antônio de Paraguaçu, na Bahia. Concluindo os seus estudos em 1725, retornou ao Recife onde dedicou-se à vida religiosa de pregador. Seu primeiro sermão, de que se conservou registro, data de 1730 na Capela da Boa Viagem, na praia da Candelária, freguesia do Jaboatão.

É grande a relação dos seus sermões que vieram a alcançar as honras do prelo, alguns deles desconhecidos por bibliógrafos como Rubens Borba de Moraes, Sacramento Blake e o próprio Inocêncio Francisco da Silva. Na “Coleção da Miscelânea” da Universidade de Coimbra (Portugal), pode-se encontrar vários deles não relacionados nas obras dos bibliógrafos citados. O seu mais importante trabalho em vida é o *Orbe Seráfico Novo Brasilico*, editado em Lisboa em 1761, na oficina de Antônio Vicente da Silva.

Na elaboração de sua obra, Jaboatão consultou toda a bibliografia existente até pouco antes de 1758, num total de cerca de trinta títulos. Mas não foi só um compilador de fontes impressas, trabalhou ativamente em fontes manuscritas recolhidas de vários arquivos públicos e religiosos de Pernambuco, da Bahia, da Paraíba, de Sergipe. Consultou exaustivamente o Cartório da Província Franciscana em Salvador, bem como os Livros de Tombo dos Mosteiros Beneditinos de Olinda e da Bahia, da Câmara Municipal de Salvador, o Livro de Acórdãos da Misericórdia de Olinda, os arquivos dos Conventos Franciscanos da Paraíba, de Ipojuca e um manuscrito da *História do Brasil* do frei Vicente do Salvador, somente impresso em 1889, além de outros papéis, bem como depoimentos de confrades franciscanos. Sobre as suas pesquisas

com base na história oral, esclarece: “a nossa obrigação é escrever não só o que dizem os assentos dos Arquivos da Província, mas também o que ouvimos por tradição dos velhos e antigos Padres dela, que é outro modo de arquivo, a que se deve a mesma fé e crédito” (II p.342); e às vezes oferece o seu próprio depoimento (II, p.387).

Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão revela-se, assim, o mais erudito historiador do século XVIII, reunindo em seu *Orbe seráfico novo brasílico* (1761) e no seu *Novo orbe seráfico brasílico* (1858), um dos mais importantes documentários sobre a vida religiosa do Brasil, no período que vai de 1500 até o início da segunda metade do setecentos.

A obra de Jaboatão só veio a ter sua publicação concluída em 1858, numa edição do Instituto Histórico Brasileiro que reúne os dois primeiros volumes da primeira edição de 1761 e a continuação de sua obra, até então inédita, chamada de “Parte Segunda”: *Novo orbe seráfico brasílico, ou Chronica dos frades menores da Província do Brasil, por Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatam. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por ordem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Typ. brasileira de Maximo Gomes Ribeiro, 1858. 5 v. 1.685 p.*

SÉCULO XIX: OS VIAJANTES

O século XIX veio a ser chamado de “o século das luzes”, tal o número de mudanças ocorridas no âmbito das relações políticas e sociais, bem como dos avanços tecnológicos e de toda uma transformação de costumes que surgiu com a revolução industrial.

As guerras napoleônicas, mudando a face da Europa e a conseqüente invasão de Portugal em 1807, obrigaram a família real portuguesa a se transferir para o Brasil. A decisão do príncipe regente Dom João (futuro Dom João VI) de transferir a capital do reino português para o Rio de Janeiro motivou a transmigração de cerca de 8.000 a 15.000 pessoas, entre adultos e crianças, responsáveis por mais da metade do capital circulante no Portugal continental. A cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, foi tomada de um surto de progresso nunca visto, particularmente quando da elevação do Brasil à condição de Reino Unido em 1815. Logo ao aportar na Bahia, o príncipe regente determinou, pela Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, a abertura dos portos às nações

amigas, o que veio proporcionar um grande impulso à economia brasileira, até então sujeita aos portos portugueses quando da importação e exportação de produtos.

O Brasil transformou-se assim num protetorado britânico e, sob essa condição, foram assinados, em 19 de fevereiro de 1810, Tratados de Comércio e Navegação e Aliança e Amizade com a Grã-Bretanha. A abertura dos portos e os conseqüentes tratados incentivaram a presença de estrangeiros na vida brasileira dando causa ao aparecimento de relatos de viajantes acerca dos habitantes, vida social, flora, fauna e aspectos outros que precederam e sucederam a independência da antiga colônia.

Os relatos desses viajantes já aparecem na bibliografia sobre o Brasil desde os primeiros anos que sucederam os descobrimentos, a exemplo das obras escritas por Hans Staden (1557) e Jean de Léry (1574), seguindo-se das descrições de Roulox Baro (1651), de Ambrosius Richshoffer, com *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais* (1677), das cartas de Mrs. Kindersley (1777) e das aventuras do James George Semple Lisle (1799), só para citar alguns que antecederam ao século XIX. Com a abertura dos portos e o conseqüente incremento da navegação, a presença desses viajantes tornou-se mais amíúde. Suas narrativas, reunidas em livros impressos em várias línguas, com sucessivas edições, passaram a ser disputadas pelo público leitor ávido por descrições de povos e costumes exóticos.

Rubens Borba de Moraes, in *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (op. cit. p. 592-627), enumera 266 viajantes, com as respectivas fichas de suas obras, que escreveram sobre a terra e gente do Brasil, situando-os em sua maioria no século XIX. Suas obras transformaram-se em verdadeiros acontecimentos, como foi o caso de John Mawe, mineralogista inglês, o primeiro com permissão do príncipe regente para viajar pelo interior das Minas Gerais, alcançou grande sucesso com o seu livro *Travels in the interior of Brazil etc* (London: Longman, 1812. 366 p. il. com estampas e mapas coloridos), que em oito anos teve o seu livro impresso em nove edições, em cinco diferentes línguas, tendo sido publicado na Grã-Bretanha, Estados Unidos, Suécia, Alemanha, Rússia, Itália, Portugal e Brasil.

O mais conhecido desses viajantes que visitaram o Brasil na primeira década do século XIX, ao que parece, foi Henry Koster autor do livro *Travels in Brazil* (London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and

Brown, 1816. 501 p. il. com dois mapas e oito cromolitografias). Seu livro teve uma segunda edição em inglês a cargo do mesmo editor (London: Longman, 1817. 2 v. 406 e 380 p.), uma terceira publicada nos Estados Unidos (Philadelphia: M. Carey & Son, 1817. 2 v. 340 e 323 p.), uma em alemão (*Reisen in Brasilien*. Weimar, 1817. 624 p.), duas outras em francês (Paris: Chez Delaunay Librairie, 1818. 2 v. e Paris: Libr. Universelle, 1846. 2 v.); sua obra foi traduzida para o português inicialmente por Antônio C. de A. Pimentel, que a publicou em capítulos na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, nº 51 ao 150 (1898-1933), e, em edição autônoma, por Luiz da Câmara Cascudo, sob o título *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942. 596 p. (Brasiliense, 221); em 1978 foi publicada, no Recife, uma segunda edição de *Viagens ao Nordeste do Brasil*, segundo tradução, notas e prefácio de Luiz da Câmara Cascudo.²⁶

Chegado ao Recife em 7 de dezembro de 1809, Henry Koster, então com 25 anos, viera em busca de um clima tropical para cura de sua tuberculose. Sentindo as melhoras, já em outubro de 1810 parte em viagem a cavalo com destino à Paraíba; de lá, resolve estender a sua cavalgada até a capital do Ceará, Fortaleza, onde chegou a 4 de dezembro e já a 11 de fevereiro de 1811 inicia seu regresso ao Recife. Logo inicia uma nova viagem em 25 do mesmo mês, desta vez por mar, ao Maranhão e dali regressa, a 8 de abril, à Inglaterra. Em 27 de dezembro do mesmo ano já estava de volta ao Recife, iniciando daí uma viagem ao sertão de Pernambuco, em companhia do capitão-mor de Bom Jardim, e em abril de 1812 se transforma em agricultor (*senhor de engenho*), com o arrendamento do engenho Jaguaribe, na ilha de Itamaracá, transferindo-se em 1813 para o engenho Amparo. Era um inglês aclimatado aos trópicos, preferindo ser tratado por *Henrique da Costa* e surpreendendo a todos com o seu excelente português.

Retomando à Inglaterra no início de 1815, resolve escrever o seu livro clássico no qual revelou-se, no dizer de Alfredo de Carvalho, “observador simpático da terra em que veio buscar a saúde, crítico tolerante das gentes entre as quais viveu, e narrador consciencioso de tudo quanto presenciou”.

O livro de Koster veio a ser dedicado a Robert Southey, “o poeta

26 KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2. ed. Prefácio e tradução de Luiz da Câmara Cascudo. Recife: SEC: Departamento de Cultura, 1978. 480 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 17). Inclui cromolitografias e mapas da 1. ed. Londres, 1816.

laureado da Inglaterra”, possuidor da preciosa biblioteca de 14.000 volumes da qual ele se valera em suas consultas e autor do clássico *History of the Brazil* 3 v., impresso na mesma editora inglesa entre 1810-1819. Southey foi um dos primeiros a elogiar a obra de Koster, em artigo publicado na *Quarterly Review* (XVI n° 32, janeiro de 1817, p. 344-387). Seguindo-se a este, outros mais exaltaram o seu livro de viagens: o ensaísta John Foster, na *Eclectic Review*, diz ser a sua “obra de mérito considerável, tanto pelas informações que encerra quanto pelos princípios de justiça e de humanidade que ajuda a confirmar”; *Augustan Review*, dezembro de 1816; *European Magazine*, de janeiro de 1817; James Henderson, in *The History of the Brazil etc.* (Londres: Longman, 1821), que o conheceu nos seus últimos dias, em fins de dezembro de 1819, diz ser ele mundialmente conhecido pelo seu trabalho sobre o Nordeste do Brasil. Observa Alfredo de Carvalho que “cinquenta e três anos depois, o famoso Richard Burton chamava ao autor – *the accurate Koster* – sua obra *The highlands of the Brazil* (London: Tinsley Brothers, 1869) e diversas edições, reimpressões e traduções atestam o justo apreço que a sua obra alcançou”.²⁷

Para Luiz da Câmara Cascudo, “nenhum dos grandes viajantes e naturalistas que visitam o Brasil no século XIX deixa de citar Koster com distinção destacada, endossando observações ou dispensando averiguações desde que o inglês, feito agricultor pernambucano, registrara. Southey utiliza-o abundantemente no terceiro volume de sua *History of the Brazil* (1816). Sem ele Tollenare escreveria menos. Saint Hilaire, cioso das análises feitas pelos outros exploradores, informa, seca mas serenamente, que ‘Koster descreveu bem as regiões que viu...’. Henderson, visitando-o, dera-lhe nomes que explicavam o justo renome. Koster já não era o inglês tuberculoso, pequeno comerciante que procura viver mais um pouco no clima tropical do Brasil, mas *a gentleman known to the literary world by the publication of this travels in the northern part of the Brazil*’.²⁸

Ao concluir o seu livro, pensava ele não mais retornar ao Brasil. Em 1816, sentindo que a tuberculose recrudescera, retorna a Pernambuco, onde assiste à eclosão da Revolução Republicana de 1817, da qual era

27 CARVALHO, Alfredo de. *Biblioteca Exótico-Brasileira*. v. III. Rio de Janeiro, 1930. p. 104-108.

28 CASCUDO, Luiz da Câmara. in KOSTER (op. cit.). 2. ed. Prefácio. p. 19.

simpatizante e tinha ligações afetivas com os seus principais líderes intelectuais. Reprimida a República Pernambucana, pelas tropas legalistas da coroa portuguesa, transfere-se do Recife para Goiana, em busca de melhoras para a sua saúde, retornando em fins de 1819 (Henderson) vindo a falecer em princípios de 1820, sendo sepultado em local não identificável no Cemitério dos Ingleses do Recife.

Outros viajantes se seguem a Henry Koster, como Auguste François César de Saint-Hilaire, que vindo para o Brasil em 1816, onde percorreu as províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, a Cisplatina e as Missões do Paraguai, só retornou à França em 1822 e passa o resto de sua vida catalogando o material botânico recolhido e escrevendo os seus livros de viagens. Além de *Plantes usuelles des Brésiliens* (Paris: Grimbert, 1824), *Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay etc.* (Paris: Chez A. Belin, 1824) e *Flora Brasiliae Meridionalis* (Paris: apud A. Belins, 1825), escreveu ele sete outros livros sobre as suas viagens, verdadeiros clássicos para o conhecimento das comunidades do sul do Brasil, no período que antecede à Independência (1822).

Como a complementar as narrativas de Koster, o comerciante francês de algodão Louis François de Tollenare escreve, entre 1816 e 1818, um diário durante o tempo em que permaneceu em Pernambuco e na Bahia, onde trata de importantes aspectos da vida social e política, com apreciações importantes sobre usos, costumes, festas populares, movimentos políticos, escravidão, economia, pintando com maestria a sociedade de então. O original do documento encontrava-se depositado na Bibliothèque de Sainte-Geneviève (Paris) tendo sido traduzido, nas partes referentes a Pernambuco e Bahia, por Alfredo de Carvalho que as fez publicar, sob o título de *Notas Dominicais*, nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (Salvador, 1907 v. 14.) e do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (Recife, 1904. v. 61). Deste último, com a “parte relativa a Pernambuco” e introdução de Oliveira Lima, foi tirada uma separata de 300 exemplares, Recife: Empresa Jornal do Recife, 1905. 261 p.²⁹ O manuscrito de L. F. de Tollenare só veio a ser

29 TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais*. Tradução de Alfredo de Carvalho. Apresentação de José Antônio Gonsalves de Mello. Prefácio de Oliveira Lima. 3. ed. Recife: SEC. Departamento de Cultura, 1978. 294 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 16). “Notas” sobre Pernambuco e sobre a Bahia. Inclui desenhos do autor relativos a Pernambuco e à Bahia publicados na edição de Leon Bourdon, *Notes dominicales*. Paris: Press Universitaire de France, 1971-73.3v.

publicado em sua íntegra por Leon Bourdon, sob o título *Notes dominicales – Prisse pendant un voyages un Portogale et un Brésil en 1816, 1817 et 1818*. Paris: Press Universitaire de France, 1971-73. 3 v. il.

Os viajantes tomavam parte na vida brasileira, convivendo nas ruas com as mais diferentes camadas da população, frequentando salões e até parlamentando com revoltosos separatistas, inimigos do governo português, como foi o caso de Maria Graham (1785-1842). Chegando às costas de Pernambuco em 21 de setembro de 1821, a bordo da fragata *Doris*, da Real Marinha Inglesa, comandada por seu marido, capitão Thomas Graham, em viagem para o Chile, encontrou a província em plena revolução que tinha por objetivo a deposição do governador português Luiz do Rego Barreto. Isso não impediu que esta senhora inglesa convivesse tanto nos salões do palácio do governador como no acampamento dos revoltosos, localizado acerca de quinze quilômetros, na povoação do Beberibe, transformando-se em testemunha ocular do movimento que culminou com a separação daquela província da suserania portuguesa pela capitulação de 5 de outubro de 1821. No seu retorno ao Chile, onde veio a falecer o seu marido, Maria Graham foi convidada pelo Imperador Dom Pedro I, quando de sua passagem pelo Rio de Janeiro, a exercer as funções de educadora da futura Rainha de Portugal, D. Maria da Glória, então com cinco anos de idade, o que lhe fez retornar ao Brasil. Nesta mesma viagem, em passagem por Pernambuco, encontrou novamente a província em armas, com o seu porto bloqueado pela armada real comandada por Lord Cochrane. Na ocasião serviu ela de intermediadora entre os revoltosos da Confederação do Equador de 1824, chefiados por Manuel de Carvalho Paes de Andrade que ela havia conhecido quando de sua primeira passagem pelo Recife em 1821, e o Lord Cochrane, comandante inglês a serviço de Dom Pedro I com quem travara amizade no Chile.³⁰

Já na Inglaterra, publicou *Jornal of a voyage to Brazil and residence the during the years 1821, 1822, 1823, by Maria Graham*. London: Longman, 1824. 324 p. il. Deixou ela um volume anotado depois adquirido por Oliveira Lima que, em artigo na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano* v. 12, 1906, “Mrs. Graham e a

30 ANJOS, João Alfredo dos. *Viajantes ingleses no Nordeste do Brasil no século XIX*. Apresentação do catálogo da exposição. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1991.

Confederação do Equador”, também publicado n’ *O Estado S. Paulo*, em 27 de novembro do mesmo ano, trata desses acréscimos da autora para uma segunda edição. As anotações de Maria Graham aparecem na edição de língua portuguesa, *Diario de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia – Editora da Universidade de São Paulo, 1990. 425 p. il.

James Henderson (1783-1848), viajante e diplomata inglês que esteve no Brasil de 1819 a 1821, deixa interessante estudo com base na *Corografia Brasilica* de Ayres Casal (1817), sob o título *History Brazil: comprisings its geography, commerce, colonization, aboriginal, inhabitants*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brow, 1821. 28 litografias e dois mapas.

Também em imagens, além das ilustrações contidas nas obras de alguns viajantes a exemplo de Koster, Maria Graham e Henderson, o panorama da vida brasileira serviu de tema às 151 cromolitografias de Jean Baptiste Debret (1768-1848), artista francês que viveu no Brasil de 1816 a 1831, que as reuniu em *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot frères, 1834-39. 3 v. A tradução em língua portuguesa é de Sérgio Milliet (1898-1966), com várias edições: *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia /Ed. da Universidade de São Paulo, 1989. 3 v. As pranchas litográficas eram acrescidas de cuidadosas notas descritivas com informações sobre tipos da população, inclusive negros das várias nações africanas e índios das várias tribos, ofícios, instituições, relações familiares, costumes, festas religiosas e profanas, num panorama sem precedentes retratando a vida do Brasil do início do século XIX. As aquarelas e desenhos não constantes da primeira edição de Firmin Didot (1834) foram reproduzidos por R. de Castro Maia em edição datada de Paris, 1954, reunindo um total de 139 pranchas coloridas.

Outro viajante que pintou com cores firmes o Brasil de então foi Johan Moritz Rugendas (1802-1858), quando da publicação de in *Malerische reise in Brasilien*. Paris: Engelman & Cie., 1835. 176 p. il.; edição também publicada em francês sob o título: *Voyage pittoresque dans le Brésil, par Maurice Rugendas; traduit de l’ allemand par Mr. de Golbery...* Paris: Mulhouse, Engelman & Cie., 1853, reunindo 100 litografias e um texto explicativo da maior importância para o estudo das características físicas da população, em especial destaque das características físicas, hábitos e costumes das populações negra e índia,

como também dos mulatos e demais mestiços que vieram formar aquilo que hoje chamamos de raça brasileira. A tradução em língua portuguesa é de Sérgio Milliet, *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Liv. Martins Editora, 1940. 205 p. il., seguindo-se de várias reedições.

Dois cientistas alemães, Johan Baptist von Spix e Karl Friedrich Philip von Martius, realizaram uma grande viagem pelo interior do Brasil, entre 1817 e 1820, percorrendo as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, seguindo através do Rio São Francisco por Minas Gerais e Bahia, chegando ao porto de Juazeiro, ingressando assim pelo Sertão de Pernambuco, adentrando-se pelo Piauí e Maranhão, anotando e desenvolvendo observações de grande importância para o conhecimento das populações rurais do início do século XIX, tendo publicado *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I etc.* München: Gerdruckt bei M. Lindauer, 1823. 3 v. il.; seguindo-se de edições outras, inclusive a edição inglesa de H. E. Lloyd, *Travel in Brazil, 1817-1820*. 2 v. Londres: Longman & Co., 1824. A tradução em língua portuguesa é de Lúcia Furguim Lahmeyer, com notas de Basílio de Magalhães, *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 2 v.

INDEPENDÊNCIA E PRIMEIRO REINADO

Enquanto os viajantes registravam aspectos da vida dos habitantes do Brasil naquele início de século, surgiu a necessidade de uma crônica histórica, de modo a documentar para as gerações futuras os acontecimentos vividos naquele momento transitório entre a colônia e o império.

Com o retorno de Dom João VI a Portugal, em 26 de abril de 1821, ficou no Rio de Janeiro o seu filho, que, em 7 de setembro de 1822, viria proclamar a Independência do Brasil e ostentar o título de Dom Pedro I. Abdicando o trono em favor do seu filho, em 1831 vem ele, após derrotar o seu irmão Dom Miguel, proclamar-se Dom Pedro IV de Portugal.

Por essa época a bibliografia histórica brasileira já contava com obras de valor, como a do erudito inglês Robert Southey – *History of Brazil*. London: Longman, Hurst Rees, and Orne, Paternoster-row, 1810-19. 3 v.. 2.382 p. –, depois publicada em português: *História do Brasil traduzida do inglês de Robert Southey pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo cônego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1862. 6 v. 3.011 p.

Segundo José Honório Rodrigues, in *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (op. cit. p. 546), foi ele o primeiro a escrever uma história do Brasil consultando para isso livros e folhetos holandeses. “Ele não consultou documentos portugueses da Torre do Tombo e da biblioteca de Évora, mas as pesquisas históricas realizadas em outras fontes portuguesas, francesas e holandesas e a fidelidade histórica com que escreveu sua obra tornam-na de consulta indispensável”. Oliveira Lima, em artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 68, p. II, 1907, p. 233-252, considera a sua obra “como a mais conscienciosa, detalhada e exata antes de Varnhagen, a mais literária, formosa e cativante mesmo depois de Varnhagen”.

Mas fazia-se necessário um cronista oficial, que viesse a contar como testemunha dos fatos, as ocorrências daqueles dias. É desta época a obra pouco conhecida de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, que escreveu *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil, dedicada ao senhor D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional e Imperial, 1826-30. 4 v. 1006 p. Esta obra, ignorada por grande parte dos historiadores e dicionários bibliográficos, foi, segundo Sacramento Blake,³¹ escrita em 1825 por incumbência do próprio imperador, Dom Pedro I, sendo o seu autor, nascido na Bahia em 16 de julho de 1756 e falecido no Rio de Janeiro em 20 de agosto de 1835, dispensado do trabalho e dos seus despachos nos tribunais a que pertencia, além de contar com o concurso de dois grandes auxiliares, Frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio e Domingos Alves Branco Moniz Barreto, tendo ao seu dispor toda a documentação do governo imperial.

Desta época é também a obra do comerciante inglês, residente no Rio de Janeiro, John Armitage, *The History of Brazil, from the period of the arrival of the Braganza family in 1808 to the abdications of Don Pedro the First in 1831. Compiled from state documents and other original sources. Forming a continuation to Southey's history of that country*. London: Smith, Elder and co., 1836. 2 v. 688 p., em cujo título se anuncia como continuador de Robert Southey. Existe uma tradução para o português de Joaquim Teixeira Macedo, sendo publicada sob o título: *História do Brasil desde a chegada da Real Família de*

31 BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliografico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. 7 v.

Bragança em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831. Rio de Janeiro: Typ. de J. Vileuneuve, 1837, 340 p., seguindo-se de uma segunda edição (São Paulo: s. ed., 1914) e de uma terceira (Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943). Segundo Rubem Borba de Moraes (op. cit.), trata-se de “obra de grande importância para o estudo da época. Recomendável sobretudo pela exatidão dos informes e julgamento de certas personagens. O autor, comerciante no Rio de Janeiro, foi testemunha de muitos dos acontecimentos de que se ocupa e figurou no círculo de amigos de Evaristo da Veiga, um dos homens mais influentes do [seu] tempo”.

A história oficial ganha dimensão com a obra de Francisco Adolpho de Varnhagen, Barão depois Visconde de Porto Seguro, que, nascido em Sorocaba (São Paulo) em 17 de janeiro de 1816 e falecido em Viena a 29 de junho de 1878, vem a ser, talvez, o mais importante historiador brasileiro. Simpatizante da monarquia portuguesa, admirador do Imperador Dom Pedro II, foi no entanto um devotado aos estudos históricos, unindo a sua carreira diplomática a de pesquisador incansável, desbravador que foi dos arquivos portugueses, espanhóis, holandeses e ingleses. Das suas pesquisas revelou obras até então desconhecidas, em sua maioria apontadas por Rubens Borba de Moraes, in *Bibliographia Brasiliana – A bibliographical essay on rare books about Brazil published from 1500 to 1900 and works of Brazilian authors published abroad before the Independence of Brazil in 1822*. Amsterdam / Rio de Janeiro: Colibris Editora, 1958. 2 v. il.³²

Foi Varnhagen o mais importante historiador brasileiro, autor da obra clássica *Historia Geral do Brasil etc.*, obra de consulta obrigatória, hoje com nove edições, cuja primeira edição foi produzida no Rio de Janeiro, por E. e H. Laemmert, rua da Quitanda, em dois volumes (1854 e 1857), formato 22 x 15 cm., 1.040 p. – no verso da folha de rosto do primeiro volume aparece a inscrição: “Madrid. 1854. Imprensa da V. de Dominguez”. No segundo volume, datado de 1857, vem impressa a dedicatória “a sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II”, figurando no verso: “Madrid. Imprensa de J. del Rio”, trazendo 12 estampas gravadas por Lemaître, conforme modelos publicados dos Gaspar Barlaeus, Debret, Martius, dentre outros.

32 MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia brasiliana etc.* 2ª ed. Revised and enlarged edition. UCLA Latin American Center Publications. University of California, Los Angeles. Livraria Kosmos Editora, Rio de Janeiro [1983]. Prefácio de Ludwig Lauerhass, Jr. 2 v. il.

Na segunda edição de sua obra, Varnhagen não somente modifica o título, como também faz uma série de correções em fatos e conceitos emitidos quando da publicação da primeira, assim denominando-a: *Historia Geral do Brazil, antes da separação e independência de Portugal, pelo Visconde de Porto Seguro natural de Sorocaba 2ª edição muito augmentada e melhorada pelo autor*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert [1876]. Com 30 estampas, gravadas por Lemaître. 2 v. 1.824 p. No verso da folha de rosto, se lê: “Viena: imprensa do filho de Carlos Gerald”. A terceira edição integral da obra de Francisco Adolpho de Varnhagen, organizada por Rodolfo Garcia, com estudos [1º e 3º tomos] e notas de Capistrano de Abreu, é a melhor de todas elas (São Paulo: Edições Melhoramentos, 1927-36. 5 v. il.), servindo de modelo para as demais que se seguiram; atualmente na 9ª ed.³³. A obra descreve de maneira sistemática, apoiada em documentação recolhida por seu autor nos mais diversos arquivos, a evolução histórica do Brasil do seu descobrimento por portugueses e espanhóis (1500) até sua independência (1822). Graças às notas de Rodolfo Garcia e Capistrano de Abreu (responsável pelas notas ao volume primeiro), com os esclarecimentos de fontes e de uma bibliografia de apoio, a obra se transformou num dos mais importantes tratados históricos da bibliografia brasileira, sendo fonte obrigatória de pesquisa e consulta para todos os interessados pelos diversos temas por ela tratados nos seus cinco volumes.

Francisco Adolpho de Varnhagen dera início à chamada historiografia científica, escrita com base em documentos e, o tanto possível, isenta das paixões momentâneas. O período colonial por ele exposto foi, depois, também estudado por outros nomes, dentre os quais João Capistrano de Abreu (1853-1927). Natural do Ceará, Capistrano de Abreu faz sua estréia nos estudos históricos quando da publicação de *O Brasil no século XVI. Estudos I. A armada de Nuno Manoel*. Rio de Janeiro, 1880 [s. ed.] 79 p.; seguindo-se de *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro, 1883 [s. ed.] 101 p. Publicado como tese de concurso, o livro vem a ter uma nova edição em 1929, patrocinada pela Sociedade Capistrano de Abreu que publicou o texto original acrescido de outros trabalhos do autor sobre o

33 VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975. 5 v. il. 8ª ed. (9ª ed. do v. 1) 1.776 p.

mesmo tema: *O descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro, 1929. 349 p.

O seu mais notável trabalho foi por ele denominado de *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. Rio de Janeiro, 1907. Nele o autor esboça alguns temas que ainda hoje despertam o interesse dos estudiosos, como sejam: Antecedentes indígenas; Fatores exóticos; Os descobridores; Primeiros conflitos; Capitânicas hereditárias; Capitânicas da Coroa; Franceses e espanhóis; Guerras flamengas; O sertão; Formação dos limites; Três séculos depois. A obra teve uma edição definitiva [4ª ed.] em 1954, com apresentação, revisão e notas a cargo de José Honório Rodrigues; seguindo-se de duas outras reproduções.³⁴

Sobre o historiador cearense, José Honório Rodrigues encerra a sua apresentação fazendo o seguinte comentário: “claridade e crítica, sobriedade e competência, probidade e erudição completam e formam as qualidades do seu espírito, deste e de outros trabalhos. Não importam os grossos volumes; devemos fixar-nos não só no que Capistrano realizou como historiador, mas no que aspirava realizar, o que queria, o que postulava. É na novidade deste princípio e na estranha energia com que soube mantê-lo que reside seu mérito essencial e incomparável. Animado de patriotismo, ‘*amo, admiro o Brasil e espero dele*’, Capistrano foi a mais lúcida consciência da historiografia brasileira”.

O SEGUNDO REINADO

Com a abdicação de Dom Pedro I [Dom Pedro IV de Portugal] ao trono do Império do Brasil em favor de seu filho primogênito, Dom Pedro de Alcântara, em 7 de abril de 1831, teve início o período da Regência que se conclui com a proclamação da maioridade do príncipe e sua sagração como segundo imperador do Brasil, em 18 de junho de 1841.

Com Dom Pedro II tem início o Segundo Reinado, que se prolonga até 1889, quando é proclamada a República no Brasil. O período é magnificamente estudado por Manoel de Oliveira Lima, que, nascido no Recife em 25 de dezembro de 1867 e falecido como embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Washington (DC), em 24 de março de 1928, vem a ter papel relevante na bibliografia histórica brasileira. Sua estréia

34 ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial 1500-1800*. Prefácio de José Honório Rodrigues. 6. ed. revista e anotada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976. XL, 258 p.

nas letras se dá quando da publicação de *Pernambuco seu desenvolvimento histórico*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1895. 358 p. il.³⁵ Iniciou Oliveira Lima a chamada história comparativa, traçando paralelos entre os acontecimentos de sua província natal e os da história universal – “Em todos procurei os fatos pernambucanos, dos quais tentei explicar a significação, relacionando-os com os acontecimentos do Velho Mundo, de que eles foram efeito ou reflexo”... (*Memórias*). Sua obra clássica, fundamental para o estudo do período vivido pela corte portuguesa no Brasil (1809-1821), tem por título *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, 1902. 2 v. il. Trata-se de um dos melhores trabalhos da historiografia brasileira, uma verdadeira revisão histórica da figura de Dom João VI que, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, veio buscar refúgio no Brasil provocando uma verdadeira reviravolta na vida e na história da outrora América Portuguesa.

Seguem-se outros trabalhos que o consagraram como o melhor historiador a escrever sobre o Brasil do século XIX, obras da mais alta importância para o entendimento de tão conturbado período, transformadas em leituras obrigatórias e de fundamental interesse para os estudos sociais: *O movimento de independência*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922. 380p.; *O reconhecimento do Império: história diplomática do Brasil*. Paris – Rio: Garnier, 1901. 376 p. ; *O império brasileiro*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1927. 252 p. – Este último trata-se de uma síntese histórica do período imperial, no qual o seu autor fixa alguns aspectos da vida brasileira, entre 1822 e 1889, “situando-se não apenas na narrativa dos fatos mas, por vezes, interpretando-os de modo a oferecer ao leitor uma síntese histórica da monarquia no Brasil”.³⁶

Dentre muitas obras escritas por Oliveira Lima, destaca-se a série de conferências pronunciadas na Sorbonne, em 1911, depois reunidas em livro sob o título *Formation historique de la nationalité brésilienne*. Paris: Librairie Garnier Frères, 1911. 260 p. Prefácios de M. E. Martinenche e José Veríssimo. A edição francesa foi traduzida para o espanhol por Carlos Pereyra (Madrid: Editorial América, 1918. 278 p.) e posteriormente para o português: *Formação histórica da nacionalidade*

35 Esta obra teve duas edições fac-similares; Recife: SEC – Departamento de Cultura, 1975. (Coleção Pernambucana, v. 1); Recife: FUNDAJ – Editora Massangana, 1997. (Série Descobrimientos, v. 9)

36 MORAES, Rubens Borba. op. cit. p. 427.

brasileira. Prefácios de Gilberto Freyre, M. E. Martinenche e José Verissimo. Tradução de Aurélio Domingues. Rio de Janeiro: Cia. Editora Leitura, 1944. 261 p.

AINDA VIAJANTES

Os viajantes, como já tivemos ocasião de fazer referência, continuaram a ser os grandes cronistas da vida brasileira, traçando em suas obras aspectos preciosos da terra e da gente nem sempre observados pelos cronistas e historiadores nacionais.

O norte-americano Daniel Parish Kidder foi um desses viajantes que, nascido em Derien N. Y. em 1815 e falecido em Evanston, Illinois, chegou ao Brasil em 1837, como missionário metodista a serviço da Sociedade Bíblica Americana. No Brasil estabeleceu-se por longo tempo, viajando pelas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo e províncias do Norte, o bastante para escrever *Sketches of residence and travels in Brazil, embracing historical and geographical notices of the Empire and its several provinces*. London: Wiley & Putman, 1845. 2 v. 369 p. + 404 p. il. com 32 litografias. Em parceria com o também missionário J. C. Fletcher, que residiu no Brasil entre 1851 e 1865, veio a publicar um dos maiores clássicos da crônica literária dos viajantes, citado obrigatoriamente por todos os autores norte-americanos que escreveram sobre o Brasil na segunda metade do século XIX: *Brazil and the brazilians, portrayed in historical and descriptive sketches*. Philadelphia; Childs & Peterson, 1857. 630 p. il. com 150 litografias, que veio a ser objeto de dezenas de reedições. No Brasil as duas obras foram traduzidas por Moacir N. Vasconcelos e Elias Dolianti, sendo publicadas sob os títulos: *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. São Paulo: Martins, 1940-43, e *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941. 2 v. Brasiliana, v. 205.

Outro viajante de sucesso foi George Gardner (1812-1849), autor de *Travels in the interior of Brazil, principally through the northern provinces and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841*. London: Reeve, Brothers, 1846. 562 p. il.; dois anos depois traduzido para o alemão, *Reisen im inneren Brasiliens etc*. Dresden und Leipzig: Arnoldische Buchhandlung, 1848. Diretor do Jardim Botânico do Ceilão, o autor percorreu as províncias do Norte do Brasil e os distritos das

minas de ouro e diamantes, recolhendo espécimens e fazendo importantes anotações sobre a paisagem e costumes. Em 1849, ano do seu falecimento, sua obra teve uma segunda edição em língua inglesa e, quase um século depois, foi traduzida para o português por Albertino Pinheiro e publicada dentro da série *Brasiliana* (v. 223), *Viagens pelo Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942. 468 p.

O desenvolvimento do Brasil, na segunda metade do século XIX, é visto por William Hadfield, um secretário de uma companhia de navegação que visitando por diversas vezes os portos brasileiros, entre 1821 e 1876, nos proporciona uma visão do progresso e mudanças na vida urbana de então. No seu primeiro livro, *Brazil, the River Plate, and the Falkland Islands etc.* London: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1854. 384 p. il., ele diz ser residente no Brasil há muitos anos, traçando importantes aspectos da cidade do Recife em 1821 e comparando-a com a de então (p. 103). Graças ao sucesso obtido com a primeira edição, o autor fez publicar novas edições do seu livro, narrando suas observações entre 1853 e 1868, *Brazil and the River Plate*. London: Bates, Henry and Co., 1869. 271 p. il.; seguindo-se de outra edição com o mesmo título, trazendo anotações das viagens entre 1870-76 (London: Ed. Stanford, 1877. 327 p. il.), de grande interesse para a historiografia brasileira no segundo reinado. Não existe ainda a tradução em língua portuguesa.

O consagrado explorador inglês, Sir Richard Francis Burton (1821-1893), que em memorável expedição descobriu as nascentes do Rio Nilo e autor de mais de 50 livros, inclusive as traduções para a língua inglesa de *Mil e uma noites* e *Os Lusíadas*, transferiu-se para o Brasil em 1865, na qualidade de cônsul britânico em Santos (São Paulo). Em 1867 recebe permissão do seu governo para uma viagem de reconhecimento através do Rio São Francisco, chamado por ele de o “Mississipi brasileiro”, tendo para isso cruzado as províncias do Rio de Janeiro e, no trecho do curso do grande rio, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Alagoas, onde encerrou sua viagem no porto de Penedo. As suas observações constam do livro, *Highlands of the Brazil*. London: Tinsley brothers, 1869. 2 v. il.. O seu precioso livro veio a ser traduzido para o português por Américo Jacobina Lacombe, *Viagem aos planaltos do Brasil*, mas sua edição integral em três volumes, inexplicavelmente, levou 42 anos para ser publicada pela Companhia Editora Nacional, dentro da série *Brasiliana*: v. 197 (1941), v. 375 e 376 (1983). A obra encontra-se assim dividida: *Do Rio de Janeiro*

a Morro Velho (v. 1); *Minas e os mineiros* (v. 2) e *O Rio São Francisco* (v. 3).

A visão econômica do Brasil, entre 1868 e 1873, numa viagem pelo interior do Brasil, através do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Maranhão, rios São Francisco e Tocantins, nos é trazida pelo engenheiro James W. Wells, engenheiro ferroviário, autor do livro *Three thousand miles through Brazil from Rio de Janeiro to Maranhão etc.* London: Sampson Low, Marston, Seale & Rivington, 1886. 2 v. il., que mereceu a seguinte observação de Gilberto Freyre, in *Ingleses no Brasil* p. 65: “seu livro rivaliza com o de Bigg-Wither e excede o de Dent em agudeza de observação e riqueza de informação sobre o Brasil do tempo de D. Pedro II”. Não existe tradução para o português.

A visão da Amazônia veio despertar a atenção dos leitores norte-americanos, quando da publicação do livro do casal Elizabeth Cary e Louis Agassiz (1807-1873), *A journey in Brazil*. Boston: Ticknor and Fields, 1868. 540 p. il. Trata-se da narrativa da famosa *Thayer expedition* (1865-66), que viajou do Rio de Janeiro para o norte chegando à Amazônia, dirigida pelo naturalista suíço-americano Louis Agassiz, professor em Cambridge e Havard, que logo conquistou o público leitor dos Estados Unidos. O seu sucesso editorial proporcionou uma bela edição ilustrada em francês – *Voyage au Brésil*. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie., 1869. 532 p. il. com 54 xilogravuras e três mapas –, seguindo-se de duas edições em espanhol – *Viage al Brasil por Agassiz y su esposa*. Barcelona: Tipo-Lithográfico de F. Nascente, 1890 e 1892. No Brasil a obra foi traduzida para o português por Edgard Sússekind de Mendonça: *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937. 654 p. Brasileira, v. 95.

Enquadrado nesta série de viajantes podemos situar o jornalista Max Leclerc, correspondente francês mandado ao Brasil pelo *Journal des Débats* após a proclamação da República em 1889, que transformou sua correspondência em excelente material de observação sobre a vida do país naquele final de século, reunindo-a no livro *Lettres du Brésil*. Paris: Librairie Plon, 1890. 268 p. Nos capítulos daquela edição, o autor trata de forma apaixonada dos assuntos de interesse em sua missão: A Revolução; O início da República; A vida no Rio de Janeiro; São Paulo e os paulistas; Usos e costumes; As instituições; Questões econômicas. Sua obra foi traduzida e anotada para o português por Sérgio Milliet: *Cartas do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942. 190 p. Brasileira, v. 215.

ABOLICIONISMO E REPÚBLICA

No âmbito das idéias, o mais importante livro publicado na segunda metade do século XIX tem a assinatura de Joaquim Nabuco: *O Abolicionismo*. Londres: Typ. Abraham Kingdon e Ca., 1883. 256 p. A obra transformou-se em verdadeiro catecismo onde estava exposta, por aquele que pelas suas lutas em favor da abolição veio a ser o *Patrono da raça negra*, o ideário do movimento Abolicionista. De maneira magistral o autor escreve sobre os primórdios da escravidão negra, o tráfico de africanos para as Américas, ilegalidade da escravidão e sua influência sobre a nacionalidade, bem como da necessidade e das conseqüências da abolição para o país. Trata-se ainda de livro da maior importância para o conhecimento da formação sociocultural do povo brasileiro, até a publicação de *Casa-Grande & Senzala*, por Gilberto Freyre, em 1933. Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu no Recife (Pernambuco), em 19 de agosto de 1849, e veio a falecer no posto de embaixador do Brasil nos Estados Unidos, em Washington (DC), 17 de janeiro de 1910, sendo autor de dezenas de livros e escritos, sobre a vida social no Brasil, *Um estadista do Império* (1896), e em favor da causa da abolição da escravatura negra, o que só veio a acontecer em 13 de maio de 1888, além de outros sobre a república.

A proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, ao contrário do abolicionismo, não foi um movimento de características tão-somente ideológicas, muito embora o ideário republicano já se fizesse presente nos movimentos revolucionários da República de Pernambuco de 1817 e da Confederação do Equador de 1824, além de outros que vieram a acontecer durante o período do segundo reinado. Dissensões entre a Igreja Católica Romana, os militares e a monarquia, agravadas pelas intrigas entre os proprietários rurais, descontentes com o notório apoio da família real aos movimentos que culminaram com a abolição da escravatura, vieram contribuir para a necessidade do estabelecimento de um regime republicano, onde houvesse a descentralização do governo, uma maior autonomia das províncias e uma representatividade popular. Em 15 de novembro de 1889, uma revolta de oficiais do Exército, no Rio de Janeiro, contra o chefe do gabinete do Império, Visconde do Ouro Preto, terminou na deposição do Imperador Dom Pedro II e na transferência, dois dias depois, da família real para Portugal, pondo fim a 67 anos de monarquia no Brasil.

O ideário do Partido Republicano brasileiro foi exposto, meses antes da proclamação da República, por Antônio da Silva Jardim em conferência pronunciada no Rio de Janeiro e publicada no Recife, na qual critica o conceito de monarquia constitucional, clama pela liberdade de pensamento, de religião e de instrução; traça o panorama da situação brasileira, apontando o descontentamento das classes liberais e conservadoras e a incapacidade política do Imperador. No final do discurso o autor se insurge contra a idéia de um terceiro reinado e proclama a fatalidade e necessidade da instituição de um regime republicano – *A República no Brasil: conferência realizada na cidade do Rio de Janeiro*. Recife: Tip. d' O Norte, 1889. 51 p.

A crônica do episódio, por sua vez, ficou a cargo do comandante do Corpo de Polícia do Rio de Janeiro, Honório Lima, que recapitula os fatos ocorridos no dia 15 de novembro de 1889 e todas as medidas que teve oportunidade de providenciar nesse dia – *A verdade histórica dos fatos ocorridos no dia 15 de novembro de 1889 com o Corpo policial da província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Maia & Niemeyer, 1900. 57 p.

Coube a Eduardo da Silva Prado traçar um libelo contra o novo regime, acusando o primeiro governo da República de simpatias norte-americanistas. Escrevendo em 1893, esclarece o autor não haver razões para imitar os Estados Unidos, “pois deles estamos separados pela índole, língua, história e tradição”. Após analisar as relações norte-americanas com os países da América Latina, sob o ponto de vista político, econômico e moral, ocupando-se mais longamente das relações com o Brasil a partir de 1822, conclui que os fatos nada denunciam uma existência concreta de um conagraamento das duas Américas nem de uma influência dos americanos do Norte na civilização do continente. – *A ilusão americana*. 2ª ed. Paris: A. Colin, 1895. 235 p.; 4ª ed. revista, com prefácio e estudo biográfico do autor, por Leopoldo de Freitas. São Paulo: Livraria e of. Magalhães, 1917. 264 p. – Segundo Rubens Borba de Moraes (op. cit. p. 485), a primeira edição desta obra foi suprimida e confiscada pelo governo republicano.

A análise histórico-social das correntes e dos fatos que levaram à implantação do regime republicano no Brasil foi estudada, de forma sucinta e didática, por José Francisco Oliveira Viana (1883-1951) que, a pedido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quando das comemorações

do centenário de Dom Pedro, em 1925, escreveu *O ocaso do Império*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925; existindo ainda uma 2ª ed. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1933; 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959; 4ª ed. Prefácio de Walter Costa Porto. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. 172 p. Série República, 13. Estuda o autor a evolução do ideal monárquico parlamentar, a partir da criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 1847, seguindo-se do movimento abolicionista, da gênese e evolução do ideal republicano, do papel das “forças políticas” e das forças militares na queda da monarquia e, finalmente, os últimos dias do Império.

Trinta e cinco anos após, em 1924, eis que o pensador Vicente Licínio Cardoso (1889-1931) tem a idéia de publicar uma coletânea de doze depoimentos de autores diversos, oriundos dos mais diferentes estados, nascidos com a República ou um pouco depois de sua proclamação – *À margem da história da República: ideais, crenças e afirmações*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1924; 3ª ed. revista e atualizada com apresentação de Potyguar Mattos. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. Série República, 12. Na folha de rosto da primeira edição, diz tratar-se de um “inquérito por escritores da geração nascida com a República: A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jonathas Serrano, José Antônio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Vianna, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira, Tristão de Athayde e Vicente Licínio Cardoso”. Em seu depoimento, no final do livro, Vicente Licínio Cardoso conclui que “examinados, serena e severamente os acontecimentos que exigiram a instituição da República, força convir na verdade contida na asserção humilhante: a República não nos trouxe nenhum idealismo congênito. Consequência política da evolução social sob o ideal abolicionista, o novo regime fixou apenas na carta constitucional pequenas ideologias, sem deixar sequer esboçado o verdadeiro idealismo orgânico e construtor nacional”.

Outros estudos de Vicente Licínio Cardoso foram reunidos, após o seu falecimento em 1931, no seu livro póstumo – *À margem da história do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933 (Brasiliana, 13). 246 p. –, no qual ele dedica grande parte (p. 121 a 215) à história política do segundo reinado, ao mesmo tempo que estuda os fundamentos da república no Brasil. Os capítulos foram publicados sob os títulos: “Rio São Francisco, rio sem história”; “O rio São Francisco, base física da

unidade do Império”; “À margem do domínio espanhol no Brasil”, “Diogo Antônio Feijó, um fantasma no Segundo Império”; “À margem do Segundo Reinado”; além de três artigos sobre Euclides da Cunha.